

Foi possível o
**aumento geral
e extraordinário
nas reformas e pensões**



A LUTA CONTINUA!

**Pensões Dignas,
Uma vida Melhor**



É pela luta que se repõem direitos e se concretizam avanços!

A luta dos reformados, pensionistas e idosos e a acção do PCP tornaram possível concretizar, para além do aumento geral, um aumento extraordinário das pensões em Agosto, pelo segundo ano consecutivo, entre seis e dez euros para os pensionistas com pensões até 643,35 euros. Aumento esse que corresponde a um montante que, somado ao valor da actualização que se verificou em Janeiro, atingirá os 6 ou os 10 euros, consoante tenha existido ou não a actualização da pensão entre 2011 e 2015.

Os avanços registados resultam da determinação do PCP para repor o poder de compra das reformas e pensões, confiscado pelo anterior governo PSD/CDS.

Aumento extraordinário de 10 euros para todas as reformas, a partir de Janeiro de cada ano, é esta a proposta do PCP. Apesar do Governo do PS não ter aceite, a acção do PCP foi determinante para que o aumento das pensões não se confine ao descongelamento do mecanismo de actualização anual, como pretendiam o Governo minoritário do PS, e o BE.

A acção do PCP foi decisiva! Veja as diferenças		
<p>Em Janeiro de 2016 registou-se um aumento de 0,4% para as pensões inferiores a 628,83 euros. Mantiveram-se congelados os valores das pensões acima deste montante. A proposta do PCP de aumento de 10 euros em todas as reformas foi rejeitada pelo PS, PSD e CDS.</p>		
<p>Janeiro 2017</p>	<p>+ 0,5% A actualização foi alargada até aos 842,64 euros 0% Valores superiores a 842,64 euros</p>	<p>As propostas do PCP</p> <p>A insistência do PCP foi determinante:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Para o alargamento do número de beneficiários da actualização das pensões no primeiro escalão relativamente a 2016; - Para o aumento extraordinário registado em Agosto de 2017.
<p>A acção do PCP tornou possível que a partir de Agosto 2017 mais de 2 milhões de reformados passem a receber mensalmente mais 6 ou 10 euros na sua pensão.</p>		
<p>Janeiro 2018</p>	<p>+ 1,8% A actualização foi alargada até 857,80 euros + 1,3% Valores entre 857,80 a 2573,40 euros + 1,05% Valores entre 2573,40 a 5146,80 euros</p>	<p>As propostas do PCP</p> <p>Esta actualização, em Janeiro, significa, pela primeira vez em muitos anos, um aumento geral das pensões em 2018.</p> <p>Contudo, dela resulta que as pensões até 588 euros teriam um aumento abaixo dos 10 euros.</p> <p>O PCP persistiu na proposta de um aumento mínimo de 10 euros para todas as pensões.</p> <p>E, nessa sequência, regista-se um aumento extraordinário de 6 e 10 euros, à semelhança do que aconteceu em Agosto 2017.</p>
<p>Agosto 2018 – Cerca de 1,2 milhões de reformados terão um aumento acumulado de 20 euros no valor da suas reformas. Um aumento no seu valor mensal que resulta da actualização registada em Janeiro e sobretudo do aumento extraordinário de Agosto, somado ao registado em Agosto de 2017.</p>		



Em 2018 é reposto o pagamento por inteiro do subsídio de Natal. Ou seja, no final do ano, todos os reformados vão receber mais uma pensão por inteiro, o 14º mês da pensão, o que representa a concretização da reposição de um direito posto em causa pelo anterior governo PSD/CDS, que pretendeu ocultar a amplitude dos cortes nos valores das pensões e criar condições para acabar com tal direito.



Prosseguir a luta para ir mais longe nos avanços!

Os passos dados na reposição dos rendimentos e direitos têm sido possíveis pela determinação do PCP. Eles vão muito para além do que o PS admitia no seu Programa Eleitoral e no Programa do Governo.

As opções políticas de fundo do governo minoritário do PS, subordinadas ao grande capital e às orientações da União Europeia, – défice, dívida, euro –, impedem a resposta necessária aos problemas dos trabalhadores, dos reformados, do povo e do País.

Na Assembleia da República, quando estão em causa os interesses do grande capital regista-se a convergência contínua entre PS, PSD e CDS.

O PSD e CDS tudo fazem para ocultar as suas responsabilidades na política de exploração e de empobrecimento dos trabalhadores, do povo e do País.

É justa e necessária a luta dos reformados, pensionistas e idosos na exigência de novos avanços na valorização das pensões, por serviços públicos de qualidade e proximidade na saúde, na segurança social, pelo direito ao transporte público e à mobilidade, pelo combate à pobreza entre os idosos.

É preciso dar mais força ao PCP, a força que assume um claro compromisso para com a reposição de rendimentos e direitos e por novos avanços na efectivação do direito a envelhecer com direitos.



A luta pela ruptura com a política de direita

A política de direita das últimas décadas, realizada pelo PS, PSD e CDS, é responsável pelos baixos valores das reformas e pensões da maioria dos reformados, pela incidência da pobreza entre idosos, pela insuficiente protecção social em situações de doença e dependência, pela privatização da rede de equipamentos e serviços de apoio à terceira idade, transformada em negócio para os grupos económicos, pelo encerramento de importantes serviços públicos, pela emigração, pela redução da natalidade e envelhecimento do País.

Efectivar os direitos dos reformados, pensionistas e idosos

O PCP assume o compromisso, com uma política alternativa ancorada numa mais justa distribuição da riqueza produzida, de efectivação dos direitos dos reformados, pensionistas e idosos, garantindo que o aumento da esperança média de vida seja sinónimo de viver melhor e com qualidade.

Fortalecer o Sistema Público de Segurança Social, universal e solidário assegurando:

- O direito à reforma e a uma pensão digna, uma melhor protecção nas situações de dependência, de doença e de pobreza entre idosos;
- O direito à informação e ao pagamento atempado das prestações sociais;
- A criação de uma Rede Pública de equipamentos e serviços de apoio à terceira idade que assegure a igualdade de acesso, designadamente aos que têm mais baixos rendimentos.



Investir no Serviço Nacional de Saúde

- Reforçar o acesso aos cuidados primários;
- Garantir cuidados de saúde integrados e continuados e cuidados paliativos;
- Abolição das taxas moderadoras;
- Comparticipação a 100% dos medicamentos para doenças crónicas;
- Elaboração e cumprimento de programas específicos que contemplem a satisfação das necessidades dos idosos.

Efectivar o direito à mobilidade e ao transporte públicos

- Fomentar a participação de índole associativa, cultural e social, a fruição de uma ocupação saudável dos tempos livres e a valorização das experiências e saberes dos reformados, pensionistas e idoso.



Os eixos fundamentais da política patriótica e de esquerda pela qual o PCP se bate são a condição necessária para efectivar o direito a pensões dignas, a uma vida melhor.

- Uma política que liberte o país dos constrangimentos externos, renegociando a dívida pública nos seus prazos, juros e montantes, preparando-o para a libertação da sua submissão ao Euro;
- que assegure o controlo público da banca; valorize o trabalho e os trabalhadores;

- tribute de forma firme e adequada o grande capital; relance o investimento público, centrado na defesa e estímulo da produção nacional e na criação de emprego;
- valorize os salários, as reformas, as pensões e outros rendimentos dos trabalhadores;
- promova os serviços públicos;
- defenda e garanta a soberania nacional face a imposições e constrangimentos externos.

Dar mais força ao PCP

Ficha para contacto

Adere ao PCP

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados, que nos permitam contactar consigo

NOME _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____

TELEFONE _____ E-mail _____

Recorte e envie para:

Partido Comunista Português

Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 - 1600-196 Lisboa

www.pcp.pt

pcp@pcp.pt

**POLÍTICA PATRIÓTICA
E DE ESQUERDA**

